

TRAÇOS IDENTITÁRIOS DA ECONOMIA DO CUIDADO NO AMBIENTE ESCOLAR: Um breve estudo de caso em uma Escola Municipal de Educação Infantil

SILVIA GOMES DE SOUSA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

FERNANDA VERGUEIRO RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

EDUARDO BIZERRIL DE FREITAS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

MARLON DA SILVA SALES

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

TRAÇOS IDENTITÁRIOS DA ECONOMIA DO CUIDADO NO AMBIENTE ESCOLAR: Um breve estudo de caso em uma Escola Municipal de Educação Infantil

Resumo: Este artigo pretende examinar de que modo a economia do cuidado é replicada como prática organizativa em ambientes não familiares. O local selecionado foi uma escola municipal de educação infantil, entendendo-a como uma extensão da representação do cuidado para além do âmbito familiar. A metodologia aplicada foi o estudo de caso com observação não participante e aplicação de 07 questionários à todas as profissionais englobadas na escola: professoras, assistentes administrativas, auxiliar de serviços gerais e merendeira. Os principais resultados revelam que há uma sobrecarga feminina no trabalho quanto às atividades da economia do cuidado, sendo todas as funcionárias do gênero feminino e tendo as mulheres negras os menores salários, quando comparado às outras atividades laborais na mesma escola. Resultados obtidos a partir da codificação dos dados nas entrevistas apontam também que o encargo de cuidar do próximo eram exclusivamente da responsabilidade das entrevistadas e que tal fato impactou os seus sonhos e projetos de vida, além de acometimentos psicológicos e emocionais.

Palavras-chaves: economia do cuidado, gênero, feminismo, raça, divisão de tarefas

Abstract: This article aims to examine how the care economy is replicated as an organizational practice in non-family environments. The selected location was a municipal early childhood education school, understanding it as an extension of the representation of care beyond the family scope. The applied methodology was a case study with non-participant observation and the application of 07 questionnaires to all professionals involved in the school: teachers, administrative assistants, general services assistants, and a school cook. The main results reveal that there is a female overload in work related to care economy activities, with all employees being female and black women receiving the lowest salaries compared to other labor activities in the same school. Results obtained from data coding in the interviews also indicate that the responsibility of caring for others was exclusively assigned to the interviewees and that this impacted their dreams and life projects, as well as caused psychological and emotional issues.

Keywords: economy care, gender, feminism, race, division of tasks

Área Temática: Estudos Organizacionais

Tema: Epistemologias e Ontologias em Estudos Organizacionais

Capítulo 1 – Introdução

O ensino infantil no Brasil é o primeiro estágio da educação básica, sendo dividido em creches (crianças de zero a 03 anos) e pré-escolas (crianças de 03 a 05 anos). Conforme dados do Censo Educacional de 2023, foram registradas 76,7 mil creches em funcionamento no Brasil, sendo que 66,8% das crianças estão matriculadas na rede pública.

As escolas municipais infantis são instituições estratégicas para o avanço econômico nacional, contribuindo para a construção de um projeto de sociedade mais inclusiva, que oportuniza mães, pais e responsáveis com filhos matriculados nas creches e pré-escolas participarem do mercado de trabalho e alavancarem a economia, numa primeira análise econômica. Assim como também são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, social e educacional das crianças da referida faixa etária, essencial para a construção da sua psique de laços afetivos. A leitura do mundo precede a leitura da palavra (FREIRE, 1989)

Para além das questões econômicas e de desenvolvimento cognitivo e emocional infantil, representa para essas crianças e famílias responsáveis o primeiro contato com a escola, e por isso mesmo integra o ensino e cuidado com a manutenção da vida da criança, significando na prática um complemento da educação e atenção familiar. Ao analisarmos especificamente o cuidado, ocupou espaço na mídia e na sociedade, especialmente no período pandêmico, a difusão do termo “economia do cuidado”.

O vocábulo é a tradução de *Economy Care*, tese criada pela cientista política americana Joan Tronto, em 1993, para definir todo tipo de trabalho, remunerado ou não, com o objetivo de manutenção da vida de outras pessoas. É, portanto, um termo inovador que amplia o conceito do trabalho de cuidado não remunerado, caracterizando-o como fundamental para o bem-estar social. Diante das inúmeras, repetidas e complexas atividades realizadas ao longo da vida, o tempo demandado com afazeres como cozinhar, limpar, organizar a casa, lavar roupas, além de cuidar de crianças e idosos, nem sempre é contabilizado como uma atividade produtiva. E instituições, pesquisadores e a sociedade estão progressivamente tomando consciência de tal possibilidade.

Destarte, a economia do cuidado está ou esteve presente na vida de todas as pessoas. A fragilidade dos cuidados da primeira infância é, possivelmente, o ápice de concentração máxima da economia do cuidado, visto que sem as primeiras atenções no trato com o bebê, essa criança poderia nem mesmo dar prosseguimento à vida. Uma visão idealizada do amor materno, considerado natural, imutável e incondicional, serve assim de modelo para uma “ética do devotamento” (Molinier, 2004).

Analisar como esse cuidado é destinado quase que exclusivamente a apenas o gênero feminino é um desafio, que exige reconhecer determinados privilégios, especialmente do gênero masculino, além de tentar entender como um trabalho de tamanha importância, tal qual a manutenção da vida, tornou-se estrategicamente invisível e subestimado a partir da lógica capitalista mundial. Ao contrário do que nos revela o famoso provérbio africano que diz que “é preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma criança”.

Para as mulheres pobres, que contam com menos recursos para a externalização das tarefas de cuidado e afazeres domésticos, a conciliação do trabalho doméstico com atividades profissionais dá-se pelo recurso aos serviços públicos, sobretudo no caso de crianças pequenas. Esses serviços são, no entanto, insuficientes e muitas vezes não atendem às necessidades das

famílias quanto aos horários de funcionamento. Por isso, essas mulheres têm de lançar mão de outras estratégias de conciliação, como levar os filhos ao local de trabalho ou delegar o cuidado de pessoas e o trabalho doméstico aos filhos mais velhos, principalmente às filhas (Bruschini e Ricoldi, 2009), ou ainda a vizinhos ou parentes. Outra possibilidade é a inserção precária no mercado de trabalho, em empregos informais, de baixa remuneração, e que comportem menores jornadas de trabalho (Sorj, Fontes e Machado, 2007, p. 576-577).

Num esforço sintético de definição do conceito economia do cuidado, podemos dizer que é uma força de trabalho global não paga, explorada ou mal remunerada, sendo majoritariamente formada por mulheres. O Instituto Brasileiro Think Olga, ONG sediada em São Paulo, que aborda essa temática em muito dos seus trabalhos, desenvolveu o Relatório da Economia do Cuidado e demonstrou que o referido setor, se remunerado adequadamente, responderia a mais de 11% do PIB nacional, o que significa percentualmente mais que a agropecuária.

A relevância do tema é ademais identificada na atual gestão do Governo Federal, com a criação no dia 30 de março de 2023 da nova Secretaria Nacional de Cuidados e Família, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A Secretaria tem o objetivo de coordenar, em parceria com o Ministério das Mulheres (MM), a elaboração e a execução da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados. Os referidos ministérios possuem orçamento aprovados para 2024 de R\$ 282,33 bilhões e R\$ 469,20 milhões respectivamente, conforme consta no site do Portal da Transparência. Coincidência ou não, concomitantemente em novembro de 2023, o tema da redação do ENEM foi "Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil".

Laís Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família, afirma que a organização social dos cuidados no Brasil é injusta e desigual, e está baseada em uma desproporcional responsabilização das famílias pelo cuidado, especialmente das mulheres. Destaca também que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados das mulheres é o dobro da dos homens, mencionando que 30% delas não procuram emprego devido ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, sendo esta carga mais pesada para mulheres negras (32%) em comparação com brancas (27%), segundo dados do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável pela elaboração da Política Nacional de Cuidados pelo referido Ministério.

Atualmente, no Brasil, os homens recebem cerca de 25% a mais que as mulheres em termos salariais, e essa diferença é ainda maior quando se considera a raça. Homens brancos recebem mais que o dobro do que mulheres negras, conforme apontado pela Pesquisa Nacional de Dados (Pnad) de 2022. O mesmo estudo também revelou que cerca de 31% das mulheres interrompem a busca por trabalho devido ao trabalho doméstico e de cuidados. Tarefas relacionadas ao cuidado são socialmente desvalorizadas, desempenhadas quase que exclusivamente pelas mulheres, em grande parte de forma não remunerada, e que não gozam de reconhecimento social (Aguirre, 2007).

Desde 2021, a Argentina mantém o Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais. A iniciativa possibilitou o benefício da aposentadoria de 155 mil mulheres que precisaram sair do mercado de trabalho para se dedicar ao cuidado dos filhos e da casa. O programa confirmou o cuidado materno como trabalho, garantindo o direito às mulheres com mais de 60 anos que não puderam completar o tempo suficiente de mercado.

Passados quase trinta anos da criação do termo economia do cuidado, a temática antes nichada nos corredores universitários americanos, agora ganha mais espaço na mídia e na sociedade civil, especialmente em conversas entre amigos e casais, ainda que não exatamente com a utilização desse termo específico. Questionamentos sobre acúmulo de dupla jornada de trabalho, exaustão e adoecimentos físicos e mentais das mulheres são temas que atualmente não são mais tabus.

Especialmente a partir da pandemia de COVID-19, quando todos fomos obrigados a realizar o isolamento social, o debate sobre economia do cuidado tornou-se mais acalorado, visto que a desigualdade na divisão das tarefas domésticas entre os gêneros era latente e inescandível, havendo uma declarada sobrecarga para as mulheres. Encontram-se elas então enredadas nas fortes contradições e conflitos próprios da simultaneidade das responsabilidades profissionais e familiares, bem como se veem fortemente submetidas a precarização e flexibilização do emprego (Hirata e Kergoat, 2007, p. 600-604).

Ao realizarmos um recorte racial e de gênero, o debate é ainda mais revelador, visto que as mulheres negras são ainda mais impactadas com as atividades do cuidado, ainda resquício do processo de tardia abolição da escravidão no Brasil, sem reparação histórica ou indenização.

Trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos (BENTO, 2023).

A motivação, portanto, para o presente trabalho, em parte, deve-se à vivência múltipla dos pesquisadores, tanto de sua jornada de vida quanto de sua percepção racial e de gênero, fatores relevantes para a construção de um ser social, associada com a indignação sobre a desigualdade da distribuição das tarefas do cuidado e o quanto isso pode trazer impactos tanto psicológicos quanto financeiros, para as mulheres da sua vida e de todas as outras que estão ainda cerceadas pelo desconhecimento dos seus direitos.

1.2 Problema de pesquisa

O mote central do presente trabalho é examinar de que modo as práticas da economia do cuidado - considerando-se a existência da desigualdade de gênero, raça e classe nos grupos sociais - são replicadas em outros ambientes destinados ao tema, tendo sido uma escola de educação infantil o lugar escolhido, entendendo-a como uma extensão da representação do cuidado para além do ambiente familiar.

A partir desse propósito geral, a pergunta que queremos responder aqui é:

Qual o impacto da tríade gênero, raça e classe nas atividades relacionadas à economia do cuidado na escola?

Outras duas perguntas derivadas que também queremos responder aqui são:

- Em que medida as atividades laborais na escola replicam os conceitos da economia do cuidado?
- De que forma essa divisão das tarefas afeta ou afetou o sentido da vida das profissionais da escola no que tange seus anseios profissionais e de realização pessoal?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Entender como a economia do cuidado é replicada no ambiente escolar a partir dos cargos encontrados na escola em análise, investigando suas atividades laborais e verificando paralelos com as atividades de cuidado também realizadas no ambiente privado familiar.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar os reais impactos das atividades da economia do cuidado na escola analisada
- Rastrear a faixa salarial dos profissionais da escola municipal estudada e estabelecer correlações entre critérios gênero, raça e condição socioeconômica.
- Perceber as dificuldades e os avanços obtidos pelas conquistas de autonomia do gênero feminino a partir das respostas obtidas com o roteiro de pesquisa.

Capítulo 2: Fundamentação Teórica

As recentes políticas públicas de reparação de grupos historicamente sub-representados são tema polêmico na sociedade brasileira: muitos ainda não reconhecem essa cicatriz social ou apenas acreditam numa pura histeria de parte desses grupos.

Um dos mais exitosos projetos de políticas públicas de transferência de renda do governo federal, o Bolsa Família, ainda é duramente criticado por uma parcela da sociedade. Conforme constata Souza (2019), a elite do atraso sempre soube que, para manter privilégios excludentes e, ao mesmo tempo, desviar as atenções da grande maioria dos brasileiros, bastava dar-lhes a ilusão de que, através do trabalho e do mérito individual, também poderiam alcançar os benefícios das classes mais abastadas.

O Bolsa Família, segundo informações da Secretaria de Comunicação Social, também traça paralelos com o tema economia do cuidado: as mulheres seguem com ampla maioria na condição de responsáveis por famílias que recebem o benefício: em janeiro, foram 17,63 milhões de famílias, ou 83,51% do total. Desta forma, “a imagem da mulher como ‘cuidadora’, responsável pelo bem-estar dos filhos e do marido em relação à limpeza e arrumação da casa, alimentação e saúde, permanece no imaginário de todos, inclusive das próprias mulheres” (ZIBETTI; PEREIRA, 2010, p. 270).

Além disso, as consequências comprometedoras surgem quando a parentalidade é feita exclusivamente por um indivíduo ou só por mulheres. Nesse segundo caso, a criança cresce sem a referência de uma parentalidade masculina, o que contribui para perpetuar a ideia de que

essa atividade é uma vocação das mulheres, além de reforçar nos homens o comportamento de dominação e medo em relação a elas (HOOKS, 2019).

Marshall (1950), ao estratificar o conceito de cidadania em direitos civis, políticos e sociais, estabelece também que o cidadão pleno seria aquele que possuísse a titularidade desses três direitos, alocando os membros dessa sociedade em uma escala hierárquica, que tem por base o princípio de titularidade ou não de direitos.

A filósofa italiana Silvia Federici, nos ensina que a família e a casa são a fábrica das mulheres, local onde são realizadas as atividades necessárias para reproduzir o trabalho e a capacidade das pessoas trabalharem. Ela continua dizendo que toda a riqueza ao nosso redor foi também as mulheres que produziram e não só o trabalho assalariado, visto que são elas parte da perpetuação da máquina capitalista. Ao longo de sua conceituação, ela defende que as mulheres são a própria infraestrutura que permite que os trabalhadores possam ir ao emprego diariamente.

Como afirma Siss (2003), as desigualdades raciais ou de gênero, como quaisquer outras, não se inscrevem na lógica da natureza, mas na lógica das relações. São elas mecanismos iníquos e escandalosos de estratificação social. São socialmente criados; podem e devem ser politicamente dirimidos. O autor defende que, para que as políticas de ações afirmativas sejam implantadas, é necessário que as desigualdades – raciais, étnicas, de gênero, de classe ou de casta, dentre outras formas possíveis – sejam reconhecidas, visto que são construídas socialmente.

Constata-se, logo, a relevância das políticas públicas que se apresentam como porta de entrada para o país começar a conceder oportunidades iguais para todos os gêneros, especialmente mulheres empobrecidas, negras, indígenas e pessoas com deficiência.

As desigualdades são produzidas e reproduzidas no contexto das relações de gênero, classe, raça ou etnia. Não são naturalmente dadas nem existem de forma absoluta, mas são sempre desigualdade em relação, continuamente atualizadas, principalmente no processo de apropriação de recursos.

Capítulo 3: Metodologia

Conforme cita a psicanalista Vera Iaconelli, não perseguimos temas de pesquisa: são eles que nos perseguem e, desde o inconsciente, nos fazem sonhar e produzir.

O tema geral da pesquisa é Economia do Cuidado. O estudo parte da visão de que a escola é integrante do ecossistema do cuidado, especialmente uma creche municipal integral que engloba diversas atividades domésticas, como zelo com as crianças, alimentação, cuidados higiênicos, atividades educacionais e lúdicas.

Foi realizado, por fim, um estudo de caso, por meio da técnica de observação não participante, com a finalidade de examinar a interação dos servidores que trabalham na unidade escolar, tendo como propósito responder à pergunta de pesquisa sobre a economia do cuidado em uma unidade escolar.

Para empreender a análise aqui proposta, pretende-se realizar uma pesquisa de natureza exploratória, alinhando investigação teórica com pesquisas de campo e documental. Serão realizados levantamentos e análises de dados primários, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos profissionais da Escola Municipal de Educação Infantil. A escolha pela entrevista semiestruturada possibilitará maior flexibilidade e permitirá novas reflexões de investigação científica (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2003).

Entrevistas são úteis porque elas dão voz às pessoas e suas vidas, revelam suas percepções das experiências que elas julgam importantes (Belk, Fischer, e Kozinets 2013). Conforme nos ensina Arsel, em todas elas, você precisa ter um claro entendimento sobre o que se espera que a entrevista revele, e que tipo de histórias teóricas serão possíveis com as entrevistas.

As sete entrevistas concedidas foram de mulheres, sendo toda a força de trabalho do sexo feminino, não havendo nenhum servidor do sexo masculino na escola, nem mesmo segurança e vigilância, visto que tais serviços não constam como contratados pela escola. Essa constatação resume exatamente do fenômeno da economia do cuidado: o de que o trato e cuidado com o outro está, prioritariamente, atrelado à mulher.

O levantamento documental também tem como foco a pesquisa salarial dos profissionais da escola analisada e a correlação com recorte racial. Especificamente em relação ao recorte salarial, inserimos a tabela dinâmica abaixo dos salários dos docentes:

Segue abaixo o quantitativo de entrevistas acompanhado do setor a seguir descritos:

- 03 Professoras que laboram na sala de aula;
- 02 Servidoras que trabalham atualmente no setor administrativo;
- 01 Servidora da limpeza;
- 01 Merendeira;

Tabela 1 - Remuneração Média dos Cargos e Funções da Escola

Cargo Comissionado	Cargo	Quantidade de servidores na UMEI	Média de Remuneração (01/2020)	Remuneração atualizada pela inflação acumulada no período 01/2020 a 05/2024*
NAO EXERCE CARGO COMISSAO	AG ADM EDUCACIONAL	1	2.584,22	2.585,52
NAO EXERCE CARGO COMISSAO	AUXILIAR SERVICOS GERAIS	1	1.869,28	1.870,58
NAO EXERCE CARGO COMISSAO	MERENDEIRO	6	2.067,59	2.068,89
NAO EXERCE CARGO COMISSAO	PROFESSOR	28	3.247,42	3.248,72

Fonte: FME jan./2020 com dados atualizados pelos autores em jun./2024.

Tabela 2 - Perfil das Entrevistadas

Servidora	Área de Atuação / Cargo	Raça
A.	Administrativo	Branca
Da	Merendeira	Negra
De	Professora	Negra
E.	Professora	Negra
Rg	Limpeza	Negra
Rs	Administrativo	Negra
T.	Professora	Branca

Fonte: Os autores

Capítulo 4: Análise dos Resultados

4.1 Codificação / Agrupamento

De acordo com Saldaña, um código é um construto gerado pelo pesquisador que simboliza e, portanto, atribui significado interpretado a cada dado individual para fins posteriores de detecção de padrões, categorização, construção de teoria e outros processos analíticos.

A partir das 7 entrevistas realizadas, foi elaborada a codificação inicial e organizada no programa MAXQDA, software para análise de dados qualitativos e métodos mistos em pesquisas acadêmicas. Foi gerada uma lista com 36 códigos, que foram classificados por ordem decrescente de frequência, permitindo que, de acordo com Saldaña, percebêssemos o "peso" de um segmento de texto codificado ou de um código em comparação com outros, fornecendo outra medida de magnitude para análise.

Abaixo a Tabela 3 contendo a listagem de códigos em ordem decrescente de frequência.

Tabela 3 - Frequência de Códigos por segmento

Código	Segmentos	Porcentagem
Atenção e cuidados com quem precisa de cuidado	33	11,62
Divisão de tarefas	19	6,69
Ideologia	19	6,69
Ajuda familiar	18	6,34
Sobrecarga	13	4,58
Rotina	12	4,23
Dificuldades enfrentadas (mães)	11	3,87
Autonomia independência	10	3,52
Carreira	10	3,52
Exemplo	9	3,17
"Escravidão" não ter vida	9	3,17
O que falta?	9	3,17
quem cuida de quem cuida?	9	3,17
Ideia de Tranquilidade	8	2,82
Planejamento e organização	8	2,82
Fazer por amor	7	2,46
Motivação	7	2,46
Núcleo familiar feminino	7	2,46
Reconhecimento	7	2,46
Sentimento de dever	6	2,11
Dados pessoais	6	2,11
Individualismo/egoísmo	5	1,76
Precarização do trabalho	5	1,76
Mulher chefe de família	5	1,76
Benefício do trabalho	5	1,76
função	4	1,41
Novas formas de aprendizado	4	1,41
Preconceito na contratação	3	1,06
Previsibilidade	3	1,06
Dificuldade de retornar pós licença maternidade	3	1,06
Descuido com saúde	3	1,06
Orgulho do emprego	2	0,70
Dia "leve"	2	0,70
Disciplina	1	0,35
Status	1	0,35
essa coisa de cozinheira	1	0,35
TOTAL	284	100,00

O código “Ideologia” foi aplicado nos trechos das entrevistas onde houve menção à cultura ou educação ofertada nas famílias que coloca a mulher com o papel de cuidar da casa, dos filhos, irmãos, pais e outros que necessitem de cuidados (avós, tios, netos, por exemplo). Esta menção apareceu em todas as entrevistas e é associada a outros códigos, tais como: “exemplo”, “fazer por amor”, “sentimento de dever” e “Núcleo familiar feminino”, que trazem à tona uma mistura de sentimentos das entrevistadas bem como a origem da prática do cuidado, mostrando que a rotina de sempre ver mulheres no papel de cuidar ensina às crianças que isso é “o normal” e que não atuar neste papel de cuidar traz consequências de julgamento social, de forma que algumas atuam simplesmente pelo sentimento do dever.

As entrevistas resgatam a ideia da “ética do devotamento” feminino através da visão idealizada do amor materno. (Molinier, 2004) mencionada no referencial teórico.

Na entrevista de Rs.: *“É porque é tão natural... É porque a gente, antes de... antes da gente trabalhar, a gente é criança, e a menina, obviamente, é induzida a brincar de boneca, de casinha, e essas coisas assim. Então, aquela ali está dentro de você, você cresce, e aí você começa a fazer coisas do teu cotidiano até para sobreviver mesmo ainda antes de casar, ou de viver uma vida sozinha, você começa a fazer as coisas para sua sobrevivência, né? É lavar uma roupa. E isso está tão dentro da tua rotina, tão dentro do essencial, que você não percebe isso como um trabalho, né? Você percebe algo, como eu falei, pra sobreviver em si mesmo. E agora, você pensando, a gente vê assim,”*

Na entrevista de Rs.: *“E eu vejo, na minha família mesmo, eu tenho um irmão, meu irmão foi educado a não fazer nada. A minha mãe falava ‘vocês me ajudem e ele só estuda’. E ele só estudava*

Na entrevista de A.: *“Então assim é, é desconstruir isso e minha mãe tem esse pensamento até hoje. Então, assim, desconstruir como se se nós tivéssemos ali para servir todo momento, e é um absurdo você não servir, sabe?”*

Na entrevista de.: *“Ah, a minha mãe. Ela sempre cuidou muito da casa, sempre puxou muito para ela o cuidado da casa e tudo. Até designava algumas tarefas para a gente fazer, mas ela sempre abarcou muito esse, esse cuidado para ela puxava muito para si essa tarefa de manutenção da casa, de limpar, de organizar e tudo. E eu sempre via que às vezes ela ficava até sobrecarregada com essa, com essa designação.”*

Na entrevista de Da.: *“Então é a minha família, é basicamente mulher, né? Eu perdi minha avó, então sempre foi minha avó, minha mãe, minha irmã, um monte de mulheres, então, assim...sempre cuidei.”*

Outros códigos associados à “Ideologia” são “Individualismo/egoísmo” e “Quem cuida de quem cuida” que mostram a contradição do comportamento masculino no ambiente materno em comparação com o ambiente com seu cônjuge. Daqui, podemos inferir que, com relação ao ambiente materno (e principalmente em relação aos seus ascendentes), os homens não se veem como cuidadores de seus pais tendo em vista a falta de exemplos e educação. Por outro lado, na relação com as esposas, o comportamento é diferente, dadas as exigências de suas cônjuges na divisão de tarefas relacionadas ao cuidado com a casa e com os filhos.

Na entrevista de Rg.: *“Então, isso magoa, porque, poxa..., será que eles não vão fazer por mim?”*

O código “Carreira” foi aplicado nos trechos das entrevistas onde houve menção ao percurso de escolha e definição pela profissão e trabalho por meio de concurso público. Esta menção apareceu em 6 das 7 entrevistas realizadas e é associada a outros códigos, tais como: “Mulher chefe de família”, “Dificuldade de retornar pós licença maternidade”, “Dificuldades enfrentadas (mães)”, “Preconceito na contratação”, “Precarização do trabalho”, “Ajuda familiar”, “Benefício do trabalho” e “Autonomia independência” e “Orgulho do emprego”.

Se, por um lado, o trabalho produtivo representa a chance de independência financeira e realização de sonhos, por outro, ele é, muitas vezes, a única chance de sobrevivência digna. Nas entrevistas, a busca por emprego, inúmeras vezes, veio associada ao fato de que a mulher é a chefe de família, devendo, portanto, suprir as necessidades de seus filhos em função da ausência do pai deles (essa ausência fica marcada no código “Núcleo familiar feminino” já apresentado

na seção anterior). Nesta busca, muitas encontraram refúgio no concurso público, não sem antes atuarem de forma precária no mercado de trabalho em função do preconceito e das dificuldades enfrentadas na maternidade. No entanto, para trabalhar, elas contaram, e ainda contam, com apoio de familiares ou instituições de cuidado (creches e escola em tempo integral), “terceirizando” o trabalho reprodutivo.

Na entrevista de A.: *“P. Era você que cuidava da sua irmã?R: Também, junto com minha mãe, minha mãe, minha mãe era mãe solo. Era então assim, só eu e Ela, só.” e “minha mãe, né, mãe solo na época, precisava trabalhar para ajudar em casa, então eu não podia...”*

Na entrevista de.: *“Nessa época era só estudo, né? Quando engravidei era só estudo. S1: Mas aí você que ficou cuidando dela. S2: Eu dividi os cuidados e tive o suporte familiar, né, para ficar com ela um tempinho e depois fica em casa. S1: Aí você estudando e fazendo estágio supervisionado.”*

Na entrevista de E.: *“Então, primeiro serviço que... trabalhei muito de faxina, doméstica, né?”*

Na entrevista de Da.: *“É tive que parar de trabalhar, na volta de licença eu fui mandada embora, e aí fui fazer outras coisas né? Fui ser secretária, eu fui ser o que tinha, né? Porque depois da licença maternidade, infelizmente o mercado, né, acaba engolindo assim a gente, né?”*

Na entrevista de Da.: *“Os hotéis, infelizmente hoje em dia ainda tem muito um preconceito de só contratar homens, né, porque homem aguenta mais peso, homem não tem cólica, não tem, filho não, não, não gera, né?”*

Na entrevista de Da.: *“Se o filho adoecer, você tem que pegar um atestado, você tem que ir, aí: Aí [ouve], teu filho está doente de novo, né?” e “Acho que eu tava acostumada aquele negócio de CLT do patrão, te olhar de cara feia, você tem que encarar um patrão direto.”*

Capítulo 5: Conclusão / Contribuição

Este artigo teve como objetivo analisar se as práticas da economia do cuidado são reproduzidas em um ambiente como uma escola de educação infantil. O motivo para tal escolha se deu pela compreensão de que uma unidade escolar seria uma extensão da ideia de cuidado para além do seio familiar, considerando a escola como uma instituição que lida com desigualdade de gênero, raça e classe que transpassam o ecossistema da economia do cuidado.

A escola é uma instituição que possui meios para quebras de paradigmas e modificações do panorama da desigualdade social, racial e de gênero que permeiam esta economia, incluindo a educação das crianças através de brincadeiras que desassocia a ideia de que é dever da mulher executar o trabalho reprodutivo, refletindo, dessa forma, como a tríade raça, gênero e condição socioeconômica se interconectam com a economia do cuidado ao estabelecer um paralelo com as atividades laborais na referida unidade escolar municipal.

Foram realizadas 07 entrevistas com servidoras de diferentes funções lotadas na Escola Municipal de Educação Infantil, além de uma observação não participante na unidade em destaque.

Partindo da premissa que as atividades de trabalho reprodutivo realizadas no ambiente doméstico são em grande parte reproduzidas na escola, principalmente em uma unidade de educação infantil, podemos verificar que o ambiente escolar atua de forma a institucionalizar o trabalho de cuidado, reproduzindo seus paradigmas com todas as desigualdades. O papel de cuidar de um outro ser, estereotipado à figura da mulher e na sua grande maioria com baixa retribuição financeira, está refletido na composição dos servidores lotados na escola, composta por exclusivamente funcionárias do sexo feminino, tendo salário médio inferior a 2 salários mínimos.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil é um fato que não se pode olvidar, sobretudo quando se insere o quesito racial, comprovado pelo 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. Ainda com relação à raça, o recorte realizado pelas 7 entrevistas apresentou 5 servidoras que se auto afirmaram negras, reforçando a ideia de que o trabalho de cuidado é relegado a mulheres negras, e da mesma forma ocorre no âmbito doméstico, quando ocorre a terceirização do cuidado por famílias de classe média e alta.

É perceptível, ainda, que o trabalho de cuidado e a divisão desigual de tarefas alterou o percurso profissional e a vida pessoal das servidoras. Analisando a codificação dos dados obtidos nas entrevistas, depreende-se que alguns dos códigos com maior presença (como “Ideologia”, “Carreira”, “Escravidão”, “Quem cuida de quem cuida”, “O que falta”) nos dá a compreensão de que o encargo de cuidar do próximo modificaram os seus sonhos de vida. A ausência da presença masculina no núcleo familiar, fazendo com que essas mulheres tenham-se tornado as principais gestoras (muitas vezes a única gestora) da casa e a exigência em ter de trabalhar para prover o próprio sustento e o das pessoas em situação de cuidado propiciaram a essas mulheres tanto produtividade como reprodutividade da economia do cuidado afetassem o caminho de suas vidas e a sua carga emocional.

Para modificar este *status quo*, é preciso, pois, considerar a reflexão e o debate dessa “herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares” (BENTO, 2023). A urgência do setor público em ter de vocalizar o tema, com políticas públicas voltadas à economia do cuidado, e a mudança de uma visão de mundo para uma sociedade mais igualitária e responsável para com os gêneros são os passos a serem seguidos para uma mudança social transformadora.

A elaboração de políticas públicas é, inclusive, o caminho a ser trilhado para implicações e novos caminhos sobre o tema. É de se destacar, como já dito, a criação da Secretaria Nacional de Cuidados e Família. Todavia, o próximo passo deverá ser a criação, elaboração e implementação de leis que possam trazer, na prática, um novo olhar para a prática do cuidado.

Por fim, para trabalhos futuros sugerimos estudos mais aprofundados sobre o impacto do trabalho reprodutivo nas crianças, pois, uma vez que o cuidado que seria destinados dos pais para os filhos é terceirizado (para a escola, babás e/ou outros serviços de cuidado), é preciso maior análise sobre o quanto a terceirização desse cuidado impactará o crescimento e desenvolvimento da criança.

Capítulo 6: Referências bibliográficas:

AGUIRRE, Rosario. **Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas**. CEPAL, Sala Medina, 28 y 29 de junio 2005.

ARSEL, Zeynep. **Asking Questions with Reflexive Focus: A Tutorial on Designing and Conducting Interviews**. Journal of Consumer Research 44(4). October 2017

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136, p. 93-123, abr. 2009.

BELK, Russell, Eileen Fischer, and Robert V Kozinets (2013), **Qualitative Consumer and Marketing Research**, London. | SAGE Publications Ltd. December, 2012.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Cartilha Política Nacional de Cuidados**. Disponível em: <https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Cartilha/Cartilha.pdf. Acesso em: jun. 2024.

_____. Secretaria de Comunicação Social. **Novo Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/nova-bolsa-familia>. Acesso em: jun.2024.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2023.pdf. Acesso em: jun.2024.

_____. Portal da Transparência. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos-superiores/55000-ministerio-do-desenvolvimento-e-assistencia-social--familia-e-combate-a-fome>. Acesso em: jun.2024.

_____. Portal da Transparência. **Ministério das Mulheres**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos-superiores/65000-ministerio-das-mulheres>. Acesso em: jun.2024.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 13, p. 595-609, set/dez 2007.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista [recurso eletrônico]: da margem ao centro** / Bell Hooks. - 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

IACONELLI, Vera. **Manifesto Antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2022**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun.2024.

IPEA. **Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual**. Relatório de Pesquisa. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Rio de Janeiro, 2016.

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOLINIER, Pascale. **O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004.

SALDAÑA, Johnny. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. SAGE Publications Ltd. 2013.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

SKIDMORE, T. E. **Ação afirmativa no Brasil? Reflexões de um brasilianista**. In: SOUZA, J. (Org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle C. **Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 573-594, set/dez 2007.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

THINK OLGA. Laboratório Think Olga de Exercícios de Futuro. **Relatório Economia do Cuidado**. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/relatorio-final-economia-do-cuidado/>. Acesso em jun. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRONTO, Joan. **Moral boundaries: a political argument for an ethic of care**. New York: Routledge, 1993.

ZIBETTI, M. L. T.; PEREIRA, S. R. **Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente**. Educação em Revista, n. spe2, p. 259-276, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/16.pdf>>. Acesso em: jun 2024.